



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Parecer Referencial nº 001/2024

Administrativo. Licitações. Inexigibilidade de licitação. Inviabilidade de competição. Ausência de pluralidade de ofertantes. Contratação direta.

Existem contratações do Poder Público **em que os ofertantes dos serviços são únicos em seu segmento**, a exemplo da contratação de serviços postais, fornecimento de água, luz, pagamento licenciamento de veículos, serviços bancários, dentre outros, **situação que caracteriza a inviabilidade de competição por ausência de pluralidade de ofertantes.**

Dessa forma, tais serviços, em que existe apenas um prestador, confira hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que em seu art. 74, caput, estabelece que **"é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição"**, e em seus incisos, de forma exemplificativa, consoante a melhor doutrina, enumera casos de inexigibilidade de licitação.

O art. 37, XXI, da Constituição Federal permite a contratação direta sem a realização de certame nas hipóteses ressalvadas na legislação, como a especificada acima. Porém essa contratação direta não representa desobediência aos princípios constitucionais, razão da necessidade de formalização dos respectivos procedimentos para as contratações pretendidas com esse fundamento.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 02 de janeiro de 2024.

Renata Silva Oliveira
Procuradora-geral